



## PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA COVID-19 NA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA

### EPIDEMIOLOGICAL PROFILE OF COVID-19 AT THE CIVIL POLICE OF SANTA CATARINA

Gabriela Chrestani<sup>25</sup>  
Diogo Picchioni Soares<sup>26</sup>  
Lilian Cristina Schulze<sup>27</sup>  
Vanessa Laner Garcia da Costa<sup>28</sup>

**Resumo:** O objetivo do presente estudo consiste em descrever o perfil epidemiológico da Covid-19 na população da Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC), a partir do primeiro caso registrado, em 13 de março de 2020, até janeiro de 2021. Foram estudados os indicadores de prevalência com base nos dados de rastreamento da Covid-19 em relação à população total da instituição (N=3534). O critério de desfecho de interesse foi o resultado positivo em teste diagnóstico por meio de múltiplos instrumentos. As prevalências foram analisadas levando em conta o sexo, faixa etária, cargo, diretoria, regional administrativa e tipo de unidade, verificando a associação com o desfecho por meio do cálculo do qui-quadrado de Pearson ao nível de significância de 5%. A prevalência da Covid-19 na PCSC foi de 14,3% no período analisado (N=504). Os resultados demonstram associações mais significativas entre o desfecho e as variáveis diretoria, região administrativa e tipo de unidade, havendo uma maior prevalência de contaminação entre os policiais civis que trabalham em unidades localizadas na região litorânea do Estado de Santa Catarina.

**Palavras-chave:** Covid-19; pandemia; epidemiologia; polícia; segurança pública.

---

<sup>25</sup>Especialista em Gestão de Segurança Pública e Investigação Criminal Aplicada (ACADEPOL, 2021). Especialista em Psicologia Clínica (Familiare Instituto Sistemico, 2015) e Avaliação Psicológica (CFP, 2021). Psicóloga Policial Civil no Estado de Santa Catarina.

<sup>26</sup>Doutor em Psicologia (UFSC, 2017). Mestre em Psicologia (UFPR, 2011). Especialista em Psicologia do Trabalho (UFPR, 2011). Psicólogo Policial Civil no Estado de Santa Catarina.

<sup>27</sup>Mestra em Administração (ESAG/UDESC, 2020). Especialista em Saúde Multiprofissional da Família (UFSC, 2005) e Terapia Relacional Sistêmica (Familiare Instituto Sistemico, 2006). Psicóloga Policial Civil no Estado de Santa Catarina.

<sup>28</sup>Especialista em Gestão de Segurança Pública e Investigação Criminal Aplicada (ACADEPOL, 2020). Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas (UNIVALI, 2012). Psicóloga Policial Civil no Estado de Santa Catarina.



**Abstract:** The objective of the study is to describe the epidemiological profile of Covid-19 in the population of the Civil Police of Santa Catarina (Polícia Civil de Santa Catarina - PCSC), from the first registered case on March 13, 2020, until January 2021. Prevalence indicators were studied based on Covid-19 screening data in relation to the total population of the institution (N=3534). The outcome of interest was defined as a positive result in diagnostic testing using multiple instruments. Prevalences were analyzed according to sex, age group, position, directorate, administrative region, and unit type, examining the association with the outcome through Pearson's chi-square calculation at a significance level of 5%. The prevalence of Covid-19 in the PCSC was 14.3% during the analyzed period (N=504). The results demonstrate more significant associations between the outcome and the variables of directorate, administrative region, and unit type, with a higher prevalence of infection among Civil Police officers working in units located in the coastal region of Santa Catarina state.

**Keywords:** Covid-19; pandemic; epidemiology; police; public safety.

## 1 INTRODUÇÃO

Identificada em 30 de dezembro de 2019, na província de Wuhan, localizada na China, a síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2, chamada de Coronavirus Disease 2019 (Covid-19), é causada pelo vírus SARS-COV-2. Trata-se de uma doença de rápida propagação que se manifesta por meio de sintomas respiratórios semelhantes aos da gripe, além de causar lesões nos pulmões (WHO, 2020b). A Covid-19 foi declarada como pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020a). Por definição, uma pandemia ocorre quando uma nova doença se propaga em um alto número de indivíduos em escala mundial, sendo caracterizada não apenas pela gravidade da doença, mas também pelo seu aspecto geográfico de transmissão (WHO, 2020a). Diante da elevada velocidade de transmissão, aumento do número de casos e crescente confirmação de mortes pela Covid-19, foram adotados protocolos de medidas para conter o avanço da doença, como o distanciamento social e outras medidas preventivas (WHO, 2020b).

Estudos apontam que o novo coronavírus impactou sistemicamente as relações sociais, organizacionais e econômicas (CASTRO, 2020), levando à paralisação temporária das atividades econômicas consideradas não essenciais, enquanto os serviços essenciais permaneceram em funcionamento. Serviços e atividades



considerados essenciais são aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades da comunidade, cuja ausência representaria riscos à sobrevivência, saúde ou segurança da população (BRASIL, 2020). Como parte das atividades de segurança pública, a Polícia Civil do Estado de Santa Catarina (PCSC) continuou operando com restrições determinadas pela Secretaria Estadual de Administração (SEA) (SANTA CATARINA, 2020).

No estado de Santa Catarina, o primeiro regramento publicado pelo Governo do Estado com medidas de enfrentamento à pandemia foi o Decreto n. 507, de 16 de março de 2020, que estabeleceu medidas de prevenção e combate ao contágio nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta (SANTA CATARINA, 2020a). Na PCSC, a Comissão de Acompanhamento e Controle de Propagação do Vírus Covid-19 da Polícia Civil de Santa Catarina foi criada e, subsequentemente, foram publicadas deliberações e normatizações direcionadas ao efetivo policial.

De acordo com os estudos sobre medidas de distanciamento social e controle da pandemia no Brasil, Aquino et al. (2020) afirmam que o conhecimento limitado sobre as formas de transmissão e disseminação da doença, bem como a falta de vacinas e opções terapêuticas específicas, representam desafios significativos para pesquisadores, gestores e governantes. Portanto, buscar alternativas tornou-se imprescindível para desacelerar o ritmo de propagação da pandemia e evitar o colapso dos sistemas de saúde.

Dados sobre o comportamento das doenças nas populações são obtidos por meio de estudos no campo da epidemiologia, que fornecem subsídios para a elaboração de estratégias de controle com base na análise de dados empíricos. Barreto (1998) aponta em suas publicações que os estudos epidemiológicos possuem duas perspectivas principais: 1) contribuir para os ajustes internos do sistema, selecionando tecnologias e processos mais efetivos; e 2) auxiliar na compreensão dos problemas e necessidades de saúde prioritários para



a gestão, avaliando seu impacto na saúde das populações.

Este estudo é socialmente relevante, pois, ao descrever o perfil epidemiológico da contaminação pela Covid-19 no efetivo da PCSC, permite compreender os desafios enfrentados durante a pandemia e reavaliar as políticas de saúde ocupacional adotadas de 2020 e 2021. Além disso, contribui para o conhecimento das repercussões na saúde dos policiais e oferece um panorama geral das alterações e danos aos quais a população da instituição foi submetida. Este trabalho também pode ser utilizado como fonte de dados epidemiológicos para subsidiar futuros estudos e ações institucionais em situações de urgência e emergência.

O interesse pelo tema desta pesquisa desponta de uma das autoras, integrante da equipe da Coordenadoria de Saúde Ocupacional (CSO) da PCSC e que esteve envolvida diretamente no atendimento e monitoramento dos casos suspeitos e confirmados de contaminação pela Covid-19 na PCSC. Ao acompanhar e monitorar os registros de casos durante o período analisado, a CSO pôde intervir em casos específicos, contribuir para políticas de saúde e enfrentamento da pandemia.

Diversos estudos, como o de Elbay et al (2020), indicam sinais de impacto na saúde dos policiais, incluindo ansiedade e depressão decorrentes da exposição ocupacional em contraste com o isolamento social e as mudanças familiares durante a pandemia (MEDIBOINA; BHUPATHI, 2023). Profissionais de segurança pública, como os da Polícia Civil, estão constantemente expostos a atividades de linha de frente (BRITO; SILVA, 2022). Outro estudo correlacionou o aumento de casos de suicídio entre trabalhadores de segurança pública durante a pandemia (URBANO; CONTADOR; SILVA, 2022). Por sua vez, uma revisão integrativa sobre os impactos da Covid-19 nas atividades policiais (BRITO; SILVA, 2022) destacou a necessidade de projetos e intervenções voltados para a saúde mental dos policiais.

Diante disso, a CSO verificou a necessidade de obter



informações específicas sobre os impactos na qualidade de vida dos policiais civis. Buscou também explorar possíveis intervenções em perfis específicos, assim como a incidência de contaminação em determinadas unidades policiais, considerando variáveis como sexo, faixa etária e região do estado.

O objetivo desta pesquisa foi traçar o perfil epidemiológico da contaminação pela Covid-19 no efetivo da PCSC, abrangendo o período de 13 de março de 2020 até o final de janeiro de 2021. O estudo afigurou-se como uma descrição quantitativa dos casos de contaminação na população total de policiais civis do Estado de Santa Catarina, analisando a prevalência em relação a sexo, faixa etária, cargo, diretoria, regional administrativa e tipo de unidade policial.

Este artigo está dividido em cinco seções. Após a introdução, apresenta-se a fundamentação teórica que embasou os procedimentos metodológicos e as análises realizadas, as quais revelaram associações significativas entre o desfecho e as unidades de trabalho e regiões administrativas. No terceiro tópico é detalhada a metodologia adotada no estudo. Posteriormente, são apresentados os resultados e, por fim, as considerações finais, que ressaltam a necessidade de novos estudos longitudinais, especialmente relacionados ao impacto e às repercussões na saúde mental dos policiais civis do Estado de Santa Catarina.

## **2 BREVE PANORÂMICA SOBRE A COVID-19 NA PCSC E SUAS IMPLICAÇÕES**

Em decorrência da pandemia causada pela Covid-19, a forma como as pessoas vivem, interagem, trabalham, se locomovem e se comunicam foi impactada, tornando ainda presentes os desafios advindos desta nova condição. Como medidas de enfrentamento à doença, além dos protocolos de higienização, o distanciamento social foi recomendado por especialistas como medida eficaz no que diz respeito à diminuição do número de novas contaminações (WHO,



2020a). Como consequência de bruscas mudanças nas relações sociais, Wang et al. (2020) afirmam a presença de repercussões psicológicas oriundas desta medida de contenção à proliferação da infecção causada pelo novo coronavírus.

Schmidt et al. (2020) destacam a importância das contribuições oferecidas por parte dos profissionais do campo da Psicologia, no que tange ao enfrentamento das repercussões advindas da pandemia da Covid-19, considerada uma das maiores emergências de saúde pública enfrentadas nas últimas décadas. As intervenções pontuadas pelos autores (SCHMIDT et al., 2020) teriam como foco minimizar as implicações negativas para a saúde mental durante o período da pandemia, bem como em momentos posteriores, onde será necessária atenção à readaptação das pessoas decorrentes de situações de perdas e mudanças.

Farias, Gabarra e Ferreira (2020) afirmam que os potenciais danos físicos, emocionais e socioeconômicos causados pela pandemia da Covid-19 são importantes fatores de risco à saúde mental da população em geral. Cruz et al. (2020) destacam os impactos em profissionais atuantes na linha de frente do combate à Covid-19, salientando a importância da promoção de ações preventivas ao adoecimento mental destes profissionais. Brooks et al. (2020) apontaram evidências de sintomas relacionados ao quadro de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão e ansiedade em situações de quarentena e isolamento social.

O incidente crítico, conceito considerado análogo ao incidente traumático (LIBERMAN et al., 2002), é parte dos critérios diagnósticos para quadros de TEPT (KAPCZINSKI; MARGIS, 2003; OMS, 1996; APA, 2014). Por definição, o incidente crítico envolve a vivência ou testemunho de situação com morte ou grave ferimento, ameaça à própria integridade física ou de outros (APA, 2014), assim como eventos ou situações estressantes, de natureza catastrófica ou ameaçadora, com um provável potencial causador de angústia (OMS, 1996).



Epidemias, as quais se diferenciam de pandemias devido ao aspecto geográfico de transmissão ativa (OMS, 2020), assim como eventos envolvendo mortes, suicídio, desastres naturais, ataques terroristas e roubos são fatores possíveis para o desenvolvimento de TEPT (POPA; PODEA, 2013). Pode afetar também os profissionais responsáveis em prestar o socorro inicial, incluindo os policiais (OSTER; DOYLE, 2000). Mesmo que a exposição ocorra de forma indireta, incidentes críticos são considerados como fatores de risco para transtornos mentais (APA, 2014). Eventos ocupacionais adversos podem afetar negativamente a saúde mental, de acordo com Lima e Assunção (2011), uma vez que esta saúde é influenciada pela perturbação advinda da incapacidade adaptativa a acontecimentos geradores de estresse (OMS, 2002).

A epidemiologia, segundo Bonita et al. (2007), é responsável por investigar a distribuição de estados ou eventos relacionados à saúde em populações específicas, oportunizando a aplicação dos resultados no controle dos agravos à saúde. Estudos de prevalência por período são utilizados para indicar o número de pessoas que podem necessitar de serviços de acompanhamento em saúde durante um momento específico (OMS, 2002). Dessa forma, a investigação de casos compatíveis com o desfecho de interesse de um estudo, durante um intervalo de tempo determinado, chamada de prevalência de período, é uma medida de frequência de morbidades, fundamental na epidemiologia (COSTA; KALE, 2009).

Baasch, Trevisan e Cruz (2017) analisaram aspectos relacionados ao perfil epidemiológico de servidores públicos, em Santa Catarina, afastados do trabalho por transtornos mentais e do comportamento - TMC entre os anos de 2010 e 2013, identificando 40,14% dos afastamentos em licença para tratamento de saúde como decorrentes de TMC. Por sua vez, Soares et al. (2018) estudaram o perfil epidemiológico de transtornos mentais em policiais civis do Estado de Santa Catarina afastados do trabalho para tratamento de saúde entre



2011 e 2015. Nos resultados, verificou-se uma prevalência de 35,5% no total de afastamentos devido a diagnóstico de transtornos mentais, e 11,3% no número de indivíduos afastados.

Estudos sobre o perfil epidemiológico da Covid-19 têm sido foco de grande investimento e estão disponíveis amplamente na literatura em quantidade crescente desde o início da pandemia. Moura et al. (2020) descreveram os dados epidemiológicos da população geral do Estado de Santa Catarina entre os meses de fevereiro a maio de 2020, obtendo dados de maior prevalência de contaminação entre mulheres, com idades entre 20 e 59 anos.

Entretanto, as pesquisas específicas com a população policial sobre adoecimento pelo novo coronavírus, bem como suas implicações na saúde mental ainda são escassas. Foram identificados em base de dados científicos estudos sobre análise do perfil epidemiológico no contexto prisional brasileiro (FREITAS et al., 2020), acerca das implicações da pandemia da Covid-19 no trabalho policial (LOTTA et al., 2020; MATARAZZO et al., 2020) e saúde mental em membros de forças policiais e de segurança em outros países, Espanha (GÓMEZ-GALÁN et al.; 2020) e Peru (CAYCHO-RODRIGUES et al. 2020).

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de realização de pesquisas epidemiológicas para subsidiar a elaboração de intervenções em saúde nas instituições policiais, especialmente no campo da saúde mental. Esses estudos poderão subsidiar a promoção de programas e ações com medidas de suporte aos policiais, objetivando a minimização dos impactos negativos sofridos pela pandemia no que diz respeito à promoção de saúde e prevenção do surgimento de novos transtornos mentais. Sendo assim, com a finalidade de conhecer a realidade por meio de dados empíricos, faz-se necessário um estudo epidemiológico.



### 3 MÉTODO

Trata-se de um estudo de natureza epidemiológica, de caráter descritivo, seccional e documental, com abordagem quantitativa para analisar distribuições de frequência em um período específico. Estudos descritivos objetivam determinar a distribuição de doenças ou condições relacionadas à saúde em determinado período, local e/ou características das pessoas (LIMA; BARRETO, 2003).

A população analisada correspondeu ao efetivo total da PCSC, distribuído em 31 regiões administrativas do Estado de Santa Catarina. Foram incluídas todas as carreiras policiais (Agentes de Polícia, Delegados de Polícia, Escrivães de Polícia e Psicólogos Policiais) que atuam em unidades administrativas ou de atividade finalística. A PCSC desempenha atividades de polícia judiciária em todo o território estadual, com o objetivo de apurar e reprimir infrações penais (BRASIL, 1988), além de realizar atividades de fiscalização de jogos e diversões públicas (SANTA CATARINA, 1986).

O Estado de Santa Catarina possui 459 unidades policiais civis, organizadas em 31 Delegacias Regionais de Polícia que são subordinadas administrativamente às Diretorias de Polícia: Diretoria de Polícia do Litoral (DPOL), Diretoria de Polícia do Interior (DPOI) e Diretoria de Polícia da Fronteira (DIFRON). As unidades de polícia localizadas na região da Grande Florianópolis estão hierarquicamente vinculadas à Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis (DPGF). Todas as diretorias mencionadas têm subordinação direta à Delegacia-Geral da Polícia Civil (DGPC).

A CSO foi implementada na PCSC a partir da publicação do Decreto n. 2709, de 27 de outubro de 2009, que institui o Manual de Saúde Ocupacional (SANTA CATARINA, 2009). São estabelecidas diretrizes para a promoção de ações de prevenção ao adoecimento no trabalho e melhoria das condições ambientais, levando em consideração as especificidades de cada organização. A CSO tem como



objetivo realizar intervenções para promover a saúde e prevenir doenças entre os policiais civis. Suas ações incluem atendimento psicológico, avaliação psicológica funcional, avaliação para porte de arma, intervenções em psicoeducação, intervenções coletivas no ambiente de trabalho e intervenção em incidentes críticos (SANTA CATARINA, 2021b).

A CSO conta com uma equipe de psicólogos distribuídos em diferentes unidades administrativas da PCSC, responsáveis pela execução de programas e ações relacionadas à saúde dos servidores. Com a pandemia da Covid-19, a CSO centralizou o atendimento e o monitoramento dos afastamentos relacionados à suspeita e à confirmação da Covid-19.

Os protocolos de testagem diagnóstica seguiram a regulamentação disposta pelas diferentes Secretarias Municipais de Saúde. Desse modo, os cidadãos suspeitos de contaminação pelo novo coronavírus, sintomáticos ou assintomáticos, eram sujeitos ao encaminhamento médico de acordo com o fluxo do município, bem como à disponibilidade de testes, protocolos de encaminhamento e orientações emitidas pelos órgãos de saúde de cada cidade. É provável, portanto, que os números de casos infectados pelo novo coronavírus não sejam condizentes com a realidade, dado o seu não registro por meio de documentação médica comprobatória do diagnóstico, os quais não foram computados nesta pesquisa.

Neste estudo, foi considerado o diagnóstico confirmado de contaminação pelo vírus SARS-COV-2 com base no banco de dados de rastreamento da CSO. O período analisado compreendeu, desde a data do primeiro caso notificado, em 13 de março de 2020, até a data de obtenção dos dados totais populacionais do efetivo da PCSC, em 27 de janeiro de 2021. A escolha desse período foi fundamentada, primeiramente, em abranger o início dos casos da Covid-19 na PCSC, permitindo a análise do perfil epidemiológico de contaminação pela doença durante sua fase inicial de propagação na instituição.



A extensão temporal selecionada levou em conta o início da vacinação contra a Covid-19 no Brasil. Com a inclusão da data de janeiro de 2021, o estudo inclui um período que engloba tanto a fase inicial da propagação do vírus, quanto o início das ações de imunização, proporcionando uma avaliação mais abrangente da situação. Essa abordagem temporal ampla possibilita a investigação do perfil epidemiológico da contaminação pelo novo coronavírus na PCSC ao longo de meses críticos. Foi quando ocorreram significativas mudanças no cenário da pandemia, incluindo a disseminação do vírus, a implementação de medidas de controle, as adaptações nas estratégias de saúde pública e, finalmente, o início da imunização da população.

Ao considerar esse período específico, a pesquisa tem como objetivo contribuir para uma compreensão abrangente dos desafios enfrentados pela Polícia Civil de Santa Catarina durante a pandemia. A ideia é que favoreça a avaliação do impacto da Covid-19 no efetivo policial e a análise das medidas adotadas para conter a disseminação do vírus e proteger a saúde dos policiais.

As informações relacionadas ao desfecho de interesse foram analisadas com base nos dados do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), referentes à população total da instituição (N=3.534). O tratamento dos dados foi realizado por meio da compilação das fontes de dados, filtragem de inconsistências e categorização de variáveis para a análise. No estudo, foram incluídos policiais civis que estavam à disposição de outros órgãos, uma vez que foram igualmente atendidos pela Coordenadoria de Saúde Ocupacional (CSO).

Os critérios de inclusão adotados foram os seguintes: confirmação do diagnóstico de Covid-19 com base em critérios laboratoriais, utilizando biologia molecular (RT-PCR) com resultado detectável para SARS-COV-2, testes imunológicos rápidos ou sorológicos para detecção de anticorpos e pesquisa de antígeno (ANVISA, 2020). Além disso, foram consideradas documentações médicas comprobatórias da contaminação pela Covid-19, como



atestados médicos ou laudos de teste, como também encaminhamentos realizados para a CSO por meio do protocolo institucional. Foram excluídos do estudo os casos que foram diagnosticados após o período de obtenção dos dados totais no sistema, bem como os casos não documentados por meio de registros médicos que confirmassem a infecção por Covid-19.

A variável dependente considerada neste estudo foi a ocorrência do desfecho, ou seja, a contaminação pela Covid-19. As variáveis independentes abrangem aspectos sociodemográficos, ocupacionais e clínicos. No que se refere às variáveis sociodemográficas, foram incluídos idade, sexo e município. As variáveis ocupacionais utilizadas neste estudo compreendem cargo, local de trabalho e região administrativa onde o policial civil desempenhava suas funções. As variáveis clínicas do estudo referiram-se ao diagnóstico confirmado ou descartado para Covid-19, com base em documentação médica. As informações sociodemográficas e ocupacionais foram obtidas a partir do SIGRH da Secretaria de Estado da Administração (SEA) de Santa Catarina, enfocando os meses compreendidos entre março de 2020 a janeiro de 2021. Já o banco de dados relacionado aos afastamentos contou com variáveis populacionais pertinentes às ocorrências.

O projeto deste artigo foi submetido à Gerência de Gestão de Pessoas (GEPES) da PCSC, a fim de obter autorização para utilização dos dados institucionais. As fontes de dados envolveram, portanto, o banco de dados da GEPES, que continha informações sociodemográficas e ocupacionais da população total de policiais civis, além do banco de dados restrito da CSO, que contemplava os casos de rastreamento de Covid-19.

Para seleção dos policiais incluídos na análise, foram considerados aqueles: 1) alocados no SIGRH na Secretaria de Segurança Pública; 2) ativos, incluindo aposentados que retornaram ao trabalho por meio do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública (CTISP). No tratamento dos dados, as unidades foram agrupadas em



diretorias e regiões administrativas com base na localização geográfica da sede. Essa abordagem diferiu parcialmente da disposição do organograma da PCSC, visando possibilitar a comparação de prevalências entre unidades que estão hierarquicamente vinculadas a sedes em regiões geográficas diferentes.

As prevalências foram analisadas levando em consideração variáveis como sexo, faixa etária, cargo, diretoria, região administrativa e tipo de unidade. Os dados foram tabulados em planilha utilizando o *software Microsoft Excel* e foram realizadas análises estatísticas utilizando o *software SPSS* versão 24.0. As prevalências foram calculadas utilizando a seguinte fórmula: desfecho dividido pela população total multiplicado por 100 (desfecho/população total x 100). Para as análises, foram utilizadas estatísticas descritivas e inferenciais, incluindo o teste estatístico qui-quadrado de Pearson, com um nível de significância de 5% ( $p < 0,05$ ).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A população total da PCSC, incluindo policiais civis à disposição de outros órgãos, foi estimada em 3.534 indivíduos. A caracterização dessa população revelou que 67,5% eram do sexo masculino, com média de idade de 43,91 anos (desvio-padrão = 9,99) e tempo médio de serviço de 14,23 anos (desvio-padrão = 10,54). Quanto aos cargos, a distribuição na população foi de 68,1% agentes de polícia, 17,3% escrivães de polícia, 12,5% delegados de polícia e 2,1% psicólogos policiais.

Do total da população, 39,59% (N=1.399) foram acompanhados e monitorados pela equipe da CSO devido a suspeitas ou confirmações de contaminação pela Covid-19. Dentre esses casos monitorados, 64,1% (N=897) foram descartados devido à passagem do tempo ou a resultados negativos nos testes para o vírus, enquanto que 35,9% (N=504) tiveram o diagnóstico confirmado para Covid-19, sendo esta a



população-alvo deste estudo. Segundo investigação efetuada por Soares et al (2018), o número total de pessoas infectadas pelo novo coronavírus (N=504), entre março de 2020 e janeiro de 2021, corresponde a 44,02% do total de afastados do trabalho por qualquer motivo de saúde entre 2011 e 2015 na PCSC (N=1.145).

A prevalência de Covid-19 na população total da PCSC, no período estudado, foi estimada em 14,3%. Diga-se, esta taxa de prevalência, considerando apenas esse único critério diagnóstico, superou as prevalências anuais de todas as doenças na PCSC calculadas por Soares et al. (2018), entre 2011 e 2015, que variaram de 8,6% a 13,9% ao ano.

Com base nos dados obtidos, cabe estabelecer uma análise comparativa com os dados emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à população em geral. De acordo com as informações disponíveis no site do Ministério da Saúde em 27 de janeiro de 2021, data em que foram coletados os dados desta pesquisa, a população do Estado era estimada em 7.164.788 milhões de habitantes (SANTA CATARINA, 2021a). No mesmo período, o boletim epidemiológico indicava um total de 567.112 casos confirmados de contaminação por Covid-19 no Estado, representando 7,9% da população total (SANTA CATARINA, 2021a). Esses dados demonstram que a prevalência de contaminação na população da PCSC é cerca de 80% maior, em comparação com a população em geral do Estado.

A análise da variável idade foi conduzida por meio da categorização em faixas etárias, utilizando a distribuição em quartis. As prevalências por faixa etária e por sexo estão apresentadas na Tabela 1, juntamente com a análise do teste estatístico qui-quadrado de Pearson.



Tabela 1: prevalências de Covid-19 segundo faixas etárias e sexo

Variável	Categoria	População	Covid-19 positivo		Associação
			N	Prevalência	
Faixas etárias	24 a 36	931	144	15,5%	$\chi^2=6,312$ ( $p=0,097$ )
	37 a 42	869	121	13,9%	
	43 a 52	944	146	15,5%	
	53 a 73	790	93	11,8%	
Sexo	Feminino	1.147	160	13,9%	$\chi^2=0,135$ ( $p=0,713$ )
	Masculino	2.387	344	14,4%	
Total		3534	504	14,3%	

Fonte: Elaborada pelos autores

Após o tratamento dos dados de prevalência de contaminação, considerando as faixas etárias e o sexo, não foram identificadas associações significativas do ponto de vista estatístico. Portanto, não é possível afirmar que haja prevalência significativamente maior em uma faixa etária específica ou em relação ao sexo. Isto contrasta com os resultados obtidos no estudo de Moura et al. (2020), que indicaram uma maior prevalência de infecção entre as mulheres no estado de Santa Catarina.

De acordo com o boletim epidemiológico de 27 de janeiro de 2021, o estado registrou um total de 567.112 casos confirmados de Covid-19, dos quais 51,3% eram do sexo feminino e 47,7% do sexo masculino. Além disso, a faixa etária com o maior número de casos confirmados foi entre 30 e 39 anos (N=140.378) (SANTA CATARINA, 2021a). No estudo de Moura et al. (2020), que descreveu o perfil epidemiológico da Covid-19 em Santa Catarina no período de 28 de fevereiro a 30 de maio de 2020, foi observada uma maior prevalência entre as pessoas do sexo feminino nas faixas etárias de 20 a 39 anos e de 40 a 59 anos.

A análise da variável "tempo de serviço" foi realizada por meio da categorização em faixas, considerando a distribuição em quartis. As prevalências por faixa de tempo de serviço e por cargo estão apresentadas na Tabela 2, juntamente com a análise estatística utilizando o teste do qui-quadrado de Pearson.



Tabela 2: prevalências de Covid-19 segundo cargos

Variável	Categoria	População	Covid-19 positivo		Associação
			N	Prevalência	
Tempo de serviço	0 a 5	948	134	14,1%	$\chi^2=1,621$ ( $p=0,655$ )
	6 a 11	839	130	15,5%	
	12 a 22	895	126	14,1%	
	23 a 50	852	114	13,4%	
Cargo	Agente	2.407	347	14,4%	$\chi^2=6,500$ ( $p=0,090$ )
	Escrivão	612	72	11,8%	
	Psicólogo	73	9	12,3%	
	Delegado	442	76	17,2%	
Total		3.534	504	14,3%	

Fonte: Elaborada pelos autores

Por meio da análise das variáveis "tempo de serviço" e "cargo", embora seja possível observar variação no número de casos confirmados entre os policiais, essas diferenças não são estatisticamente significativas. Ao analisar os dados de acordo com os diferentes cargos, conforme apresentado na Tabela 2, nota-se uma prevalência de contaminação pelo vírus SARS-COV-2 de 17,2% entre os delegados de polícia, seguidos por 14,4% entre os agentes de polícia, 12,3% entre os psicólogos policiais e 11,8% entre os escrivães. Embora seja possível afirmar que houve uma maior prevalência de contaminação entre os policiais civis com o cargo de Delegado de Polícia durante o período estudado, essa diferença não é estatisticamente significativa.

As unidades policiais foram agrupadas em Diretorias e regionais administrativas com base na localização geográfica de suas sedes, seguindo um critério diferente da disposição no organograma da PCSC. Essa abordagem foi adotada para permitir a comparação das prevalências entre unidades vinculadas hierarquicamente a sedes localizadas em diferentes regiões geográficas. A análise das macrorregiões geográficas correspondentes às circunscrições das Diretorias de Polícia foi realizada para avaliar a prevalência de Covid-19. Os valores das prevalências estão apresentados na Tabela 3.



Tabela 3: prevalências de Covid-19 conforme regiões geográficas correspondentes a diretorias

Diretoria (região)	População	Covid-19 positivo	
		N	Prevalência
Diretoria de Polícia do Litoral	1.385	245	17,7%
Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis	626	111	17,7%
Diretoria Estadual de Investigações Criminais	101	17	16,8%
Diretoria de Polícia de Fronteira	430	44	10,2%
Delegacia Geral da Polícia Civil	187	18	9,6%
Diretoria de Polícia do Interior	692	65	9,4%
Diretoria da Academia de Polícia Civil	113	4	3,5%
Total	3.534	504	14,3%

Fonte: Elaborada pelos autores

Por meio da análise dos dados, observa-se uma prevalência de contaminação de 17,7% na região da DPOL, composta pelas Delegacias Regionais de Polícia de Araranguá, Balneário Camboriú, Blumenau, Brusque, Criciúma, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Laguna e Tubarão. O mesmo percentual (17,7%) foi obtido para os dados da DPGF, que abrange unidades policiais nas cidades de Biguaçu, Florianópolis, São José e Palhoça. Em seguida, a Diretoria Estadual de Investigações Criminais (DEIC), localizada em São José, apresentou uma prevalência de 16,8%.

No momento da coleta dos dados populacionais, a Diretoria da Academia de Polícia Civil (ACADEPOL) contava com 90 alunos policiais civis em curso de formação inicial desde o início de janeiro de 2021, registrados no SIGRH como lotados na ACADEPOL. No entanto, considerando apenas o efetivo de policiais que atuam na unidade (N=23), a prevalência calculada é de 17,4%.

As regionais administrativas foram analisadas com base na prevalência de Covid-19. Os valores das prevalências estão apresentados na Tabela 4.



Tabela 4: prevalências de Covid-19 conforme regionais administrativas

Regionais administrativas	População	Covid-19 positivo	
		N	Prevalência
Tubarão	148	40	27,0%
Balneário Camboriú	177	37	20,9%
Itajaí	150	31	20,7%
Criciúma	180	37	20,6%
São José	267	54	20,2%
Blumenau	177	33	18,6%
Palhoça	98	18	18,4%
Brusque	60	11	18,3%
Curitibanos	34	6	17,6%
Caçador	50	8	16,0%
Canoinhas	32	5	15,6%
Concórdia	66	10	15,2%
Ituporanga	33	5	15,2%
Araranguá	111	16	14,4%
Mafra	51	7	13,7%
Campos Novos	22	3	13,6%
Xanxerê	63	8	12,7%
Laguna	91	11	12,1%
Florianópolis	662	78	11,8%
Joaçaba	75	8	10,7%
Joinville	217	23	10,6%
São Joaquim	29	3	10,3%
São Lourenço do Oeste	42	4	9,5%
Chapecó	157	14	8,9%
Videira	48	4	8,3%
Jaraguá do Sul	74	6	8,1%
São Miguel do Oeste	102	8	7,8%
Rio do Sul	96	6	6,3%
Porto União	35	2	5,7%
São Bento do Sul	45	2	4,4%
Lages	142	6	4,2%
Total	3.534	504	14,3%

Fonte: Elaborada pelos autores

Ao observar as características populacionais e o número de casos de Covid-19 nas regionais administrativas da PCSC, que correspondem às Delegacias Regionais de Polícia, é possível destacar as regionais localizadas na parte litorânea do estado. Entre elas, a Regional de Tubarão apresentou a maior prevalência de casos, totalizando 27% do total. Em seguida, vêm as regionais de Balneário Camboriú, Itajaí, Criciúma, São José e Blumenau, como as mais representativas. Por outro lado, a Delegacia Regional de Lages



apresentou a menor prevalência em seu efetivo, correspondendo a 4,2% do total de casos (Tabela 4).

Os dados obtidos por Moura et al. (2020) também mencionam o alto número de casos confirmados para Covid-19 nas cidades de Itajaí, Balneário Camboriú e Navegantes. Permite-se, desse modo, que sejam analisadas essas regiões próximas a rodovias do Sul do Brasil, bem como geograficamente localizadas em áreas de grande concentração populacional.

A Tabela 5 apresenta a prevalência de Covid-19 de acordo com o tipo de unidades policiais. A análise das categorias de unidades foi realizada levando em consideração a prevalência de Covid-19.

Tabela 5: prevalências de Covid-19 conforme categorias predominantes de unidades

Tipo de unidade	População	Covid-19 positivo	
		N	Prevalência
Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais	18	6	33,3%
Divisão de Investigação Criminal	265	52	19,6%
Centrais de Polícia	224	42	18,8%
Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso	342	60	17,5%
Diretoria Estadual de Investigações Criminais	101	17	16,8%
Delegacias Regionais de Polícia e Diretorias Macrorregionais	363	53	14,6%
Delegacias de Polícia de Comarcas, Municípios, distritais e especializadas gerais	1.858	249	13,4%
Delegacia-Geral da Polícia Civil	215	19	8,8%
Serviço Aeropolicial	35	2	5,7%
Academia da Polícia Civil	113	4	3,5%
Total	3.534	504	14,3%

Fonte: Elaborada pelos autores

O trabalho da PCSC pode ser dividido, num primeiro grupo, por atividades administrativas: realizadas pelos setores que atendem principalmente o público interno da instituição, como as Delegacias Regionais de Polícia, Diretorias Macrorregionais, Delegacia Geral da Polícia Civil e Academia de Polícia Civil. Num segundo grupo, estão as atividades finalísticas: envolvem investigação criminal e atendimento direto ao público externo, ou seja, à população em geral, como as



Delegacias de Polícia, Delegacias Especializadas, Divisões de Investigação Criminal e Centrais de Polícia.

Notavelmente, as unidades de polícia com maior prevalência de contaminação por Covid-19 são aquelas com maior fluxo de atendimento ao público e circulação de pessoas. Essas unidades são responsáveis por atendimentos de flagrantes, condução de presos e funcionam 24 horas por dia. No que se refere à ACADEPOL, como antes mencionado, se for considerado apenas o efetivo de policiais que ali atuam (N=23), a prevalência de contaminação é de 17,4%. No período analisado, as unidades com menor prevalência de contaminação foram aquelas predominantemente de trabalho administrativo, como a Delegacia Geral da Polícia Civil (8,8%). O Serviço Aeropolicial (5,7%) realiza atividades de monitoramento aéreo e apoio a equipes policiais em terra, o que possivelmente resulta em menor contato de risco com o público externo e pessoas que não fazem parte da equipe. (Tabela 5).

A menor proporção de contaminados em atividades administrativas pode ser resultado da publicação do Decreto 525, de 23 de março de 2020, que possibilitou que os agentes públicos realizassem suas atividades laborais por meio do regime excepcional de trabalho remoto (SANTA CATARINA, 2020b). Como resultado, os policiais civis com atividades que eram compatíveis com o trabalho remoto foram designados para realizar suas tarefas nessa modalidade, como os servidores das unidades das Diretorias de Polícia e alguns setores das Delegacias Regionais de Polícia, como medida de contingenciamento de efetivo.

A maior prevalência de contaminação foi observada em unidades policiais que prestam atendimentos ao público externo e tem como objetivo o atendimento direto de ocorrências policiais. A Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais, por exemplo, uma unidade de trabalho operacional, apresentou uma prevalência de 33,3%.



Em seus estudos, Matarazzo et al. (2020) abordam os impactos do trabalho policial durante a pandemia e destacam a importância do mapeamento do cenário de contaminação para garantir a segurança dos policiais em serviço. Os autores ressaltam a necessidade de atenção ao contingente do efetivo, uma vez que os policiais estão sujeitos às mesmas medidas sanitárias que as demais pessoas. Portanto, eles serão afastados do trabalho em caso de suspeita de contaminação, o que resulta na redução da força de trabalho e na necessidade de ajustes institucionais para o pleno funcionamento da instituição.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo principal descrever o perfil epidemiológico dos casos confirmados de contaminação pela Covid-19 no efetivo da Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC). Os principais resultados indicam a possibilidade de observar o comportamento da doença de acordo com variáveis como sexo, faixa etária, tempo de serviço, cargo e região administrativa onde o policial exerce suas atividades laborais.

Foram observadas diferenças na prevalência de contaminação entre regiões e tipos de unidades, com uma tendência de maior ocorrência de casos na região litorânea do Estado e nas unidades que desempenham atividades finalísticas relacionadas à investigação criminal. Esses resultados são consistentes com a compreensão de que, assim como profissionais de saúde, aqueles que estão mais expostos a riscos biológicos (PARABOCZ, 2023) em atividades de contato social, como unidades que realizam plantões e investigações policiais, apresentam maior prevalência de contaminação.

Esses resultados podem ser considerados no planejamento estratégico da instituição, orientando a alocação de recursos humanos e materiais para as regiões mais afetadas. Além disso, permitem a elaboração de estratégias preventivas específicas para os grupos mais



afetados por riscos dessa natureza, como foi o caso da pandemia.

O estudo enfrentou algumas dificuldades e limitações. Não foi possível evidenciar a distribuição mensal de contaminados nesta pesquisa, mas observou-se variações no número de casos ao longo do tempo, provavelmente devido ao avanço do surto epidemiológico em cada região. Os servidores terceirizados, os cedidos por outros órgãos, os contratados e os estagiários não foram incluídos no estudo, uma vez que o foco era apenas o efetivo policial da instituição.

Considerando a possibilidade de contaminação pela Covid-19 sem a manifestação de sintomas (OMS, 2020), estudos sugerem que os dados de confirmação da infecção podem estar subnotificados, pois casos assintomáticos não seriam identificados como suspeitos nem submetidos a exames diagnósticos (NOGUEIRA et al., 2020). Na PCSC, os protocolos orientam o afastamento obrigatório das atividades de trabalho presenciais e a comunicação à CSO em casos suspeitos sintomáticos ou assintomáticos que tiveram contato com indivíduo suspeito ou confirmado de contaminação, permitindo o acesso e a contenção de possíveis casos assintomáticos.

Uma das limitações desta discussão teórica é a falta de análise sobre as repercussões e agravos à saúde dos policiais civis no período pós-Covid. Isso se deve ao fato de que o tema ainda é relativamente recente e existem poucos estudos publicados sobre o perfil epidemiológico da Covid-19 em servidores da área de segurança pública, especialmente em pesquisas longitudinais que permitam uma compreensão mais aprofundada do assunto.

Por fim, o presente estudo apresentou um diagnóstico inicial dos impactos causados pela pandemia da Covid-19 no efetivo policial civil do Estado de Santa Catarina ao longo de um período de 10 meses. Essa duração foi considerada adequada para a publicação deste trabalho, visto que se tratou da primeira fase de coleta de dados epidemiológicos. É importante ressaltar que essa limitação foi identificada e mencionada neste texto.



Os resultados obtidos fornecem aos gestores e setores estratégicos acesso a dados compilados, permitindo a avaliação das políticas de saúde e das estratégias de enfrentamento implementadas até o momento. Além disso, os resultados auxiliam na identificação das medidas ainda necessárias na PCSC, considerando a natureza duradoura das repercussões de uma pandemia de tal magnitude, especialmente levando em consideração o sofrimento psicológico envolvido (Schmidt et al., 2020).

Para obter uma compreensão abrangente dos efeitos da pandemia, é necessário realizar novos estudos que considerem as segunda e terceira ondas da Covid-19 (Moura et al., 2022), as quais ocorreram após o período de coleta de dados deste trabalho. Essas pesquisas permitiriam realizar comparações entre diferentes períodos e avaliar o impacto dessas ondas na saúde da população de policiais civis de Santa Catarina. Além disso, sugere-se a realização de estudos futuros para avaliar aspectos comparativos ao período de análise, como dados de afastamento do trabalho decorrentes da Covid-19 e a relação desses afastamentos com outras doenças a médio e longo prazos.

Pesquisas como esta aqui relatada contribuem para a consolidação de políticas públicas em gestão de pessoas e saúde ocupacional, as quais se baseiam em evidências científicas. Dessa forma, os estudos epidemiológicos realizados na instituição permitem embasar decisões estratégicas em saúde, buscando estabelecer congruência entre os achados científicos e as medidas adotadas pelos gestores. Essa abordagem é fundamental para promover o bem-estar e garantir a proteção da saúde dos policiais civis, alvo deste estudo.



## REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Testes para Covid-19: perguntas e respostas**. 2020. Disponível em <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/produtos-para-a-saude/manuais/perguntas-e-respostas-testes-para-covid-08-05-2020.pdf>>. Acesso em: 05 jan 2021.

AQUINO, E. M.; SILVEIRA, I. H.; PESCARINI, J. M.; AQUINO, R.; SOUZA-FILHO, J. A. D. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de Covid-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2423-2446. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v25s1/1413-8123-csc-25-s1-2423.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2023.

APA. American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BAASCH, D.; TREVISAN, R. L.; CRUZ, R. M. Perfil epidemiológico dos servidores públicos catarinenses afastados do trabalho por transtornos mentais de 2010 a 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 22, n. 5, p. 1641-1650. Maio 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017225.10562015>>. Acesso em: 31 out. 2023.

BARRETO, M. L.; ALMEIDA-FILHO, N. D.; VERAS, R. P.; BARATA, R. B. Orgs. **Epidemiologia, serviços e tecnologias em saúde**. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ. p. 235. 1998.

BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTROM, T. **Epidemiologia básica**. São Paulo: Santos. 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 31 out. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 10.282, de 20 de março de 2020**: Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm)>. Acesso em: 07 fev 2023.

BRITO, C. SILVA, L. D. População em situação de rua: estigmas,



preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 27, p. 151-160, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.19662021>>. Acesso em: 02 mai 2023.

BROOKS, S. K.; WEBSTER, R. K.; SMITH, L. E.; WOODLAND, L.; WESSELY, S.; GREENBERG, N.; RUBIN, G. J. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The Lancet**, 395(10227), 912-920. 2020. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30460-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30460-8/fulltext)>. Acesso em: 07 out. 2023.

CASTRO, B. L. G. D.; OLIVEIRA, J. B. B. D.; MORAIS, L. Q.; GAI M. J. P. COVID-19 e organizações: estratégias de enfrentamento para redução de impactos. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 1059-1063, set. 2020. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572020000300002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572020000300002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 out. 2023.

CAYCHO-RODRIGUES, T.; LEON-CARBAJAL, C.; VILCA, L.W.; MONGRUT-HEREDIA, J.; GALLEGOS, M. Covid-19 and mental health in Peruvian police officers: preliminary results. **Acta Medica Peruana**. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.35663/amp.2020.373.1503>>. Acesso em: 03 out. 2023.

COSTA, A. J. L.; KALE, P. L. **Medidas de frequência de doença**. In R. A. Medronho (Org.), *Epidemiologia*. São Paulo: Atheneu. 2009.

CRUZ, R. M.; TORRICO, G.; KNAPIK, J.; SALES, S. S.; GAI, M. J. P.; LABIAK, F. P.; ONOFRE, A.D.; KLOKNER, S. G. M. Impactos da Covid-19 no trabalho e saúde mental dos trabalhadores da saúde. **Research, Society and Development**, [S.L.], v. 9, n. 9, p. 1-24, 1 set. 2020. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7783>>. Acesso em: 02 jan 2023.

ELBAY, R. Y.; KURTULMUŞ, A.; ARPACIOĞLU, S.; KARADERE, E. Depression, anxiety, stress levels of physicians and associated factors in Covid-19 pandemics. **Psychiatry Res**. 2020 Aug;290:113130. doi: 10.1016/j.psychres.2020.113130. Epub 2020 May 27. PMID: 32497969; PMCID: PMC7255248. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32497969/>. Acesso em 31 out. 2023.

FARIAS, R.; GABARRA, L.; FERREIRA, C. L. B. Acolhimento psicológico remoto: possibilidades e desafios em tempos de pandemia da Covid-19. **Revista Plural, Santa Catarina**, v. 1, n. 1, p. 6-17, ago. 2020. Disponível em: <[https://crpsc.org.br/ckfinder/userfiles/files/Revista%20Plural-v1n1-1-Agosto%202020\(1\).pdf](https://crpsc.org.br/ckfinder/userfiles/files/Revista%20Plural-v1n1-1-Agosto%202020(1).pdf)>. Acesso em: 02 jan 2023.



FREITAS, V. C. A.; OLIVEIRA, T.M.F.; MENEZES, P.R.; SOARES, P.R.A.L.; RIBEIRO, S.G.; PINHEIRO, A. K.B. Epidemiological analysis of Covid-19 cases in the brazilian prison context. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e1939108362, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.8362. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8362>>. Acesso em: 8 fev 2023.

GÓMEZ-GALÁN, J.; LÁZARO-PÉREZ, C.; MARTÍNEZ-LÓPEZ, J. Á.; FERNÁNDEZ-MARTÍNEZ, M. D. M. Burnout in Spanish Security Forces during the Covid-19 Pandemic. **International journal of environmental research and public health**, [s. l.], v. 17, n. 23, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/17/23/8790>. Acesso em: 31 out. 2023.

KAPCZINSKI, F.; MARGIS, R. Transtorno de estresse pós-traumático: critérios diagnósticos. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 25(1), 3-7. 2003.

LIBERMAN, A. M.; BEST, S. R.; METZLER, T. J.; FAGAN, J. A.; WEISS, D. S.; MARMAN, C. R. Routine occupational stress and psychological distress in police. **Policing: an International Journal of Police Strategies and Management**, 25(2), 421-439. 2002.

LIMA-COSTA, M. F.; BARRETO, S. M. Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília , v. 12, n. 4, p. 189-201. dez. 2003 . Disponível em <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742003000400003&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742003000400003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 out. 2023.

LIMA, E. de P.; ASSUNÇÃO, A. Á. Prevalência e fatores associados ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em profissionais de emergência: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 14(2), 217-230. 2011.

LOTTA, G.; SOBRAL, I.; CORRÊA, M.; ALCADIPANI, R.; BUENO, S. **A pandemia de Covid-19 e os policiais brasileiros (Nota técnica)**. São Paulo, SP: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2020. Disponível em <[https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/a-pandemia-de-covid-19-e-os-policiais-brasileiros/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/a-pandemia-de-covid-19-e-os-policiais-brasileiros/)>. Acesso em: 02 out. 2023.

MATARAZZO, G.; FERNANDES, AA.; ALCADIPANI, R. Organizações policiais frente à pandemia: sensemaking, liderança e discricionariedade. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro , v. 54, n. 4, p. 898-908. Ago. 2020 . Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200178>>. Acesso em: 02 out. 2023.



MEDIBOINA, A.; BHUPATHI, M. Effect of Covid-19 Lockdown on Health of Police Personnel in Eluru, Andhra Pradesh. **International Journal of Medical Students**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://ijms.info/IJMS/article/view/1981>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MOURA, E. C.; CORTEZ-EESCALANTE, J.; CAVALCANTE, F. V.; BARRETO, I. C. D. H. C.; SANCHEZ, M. N.; SANTOS, L. M. P. COVID-19: temporal evolution and immunization in the three epidemiological waves, Brazil, 2020–2022. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, p. 105, 2022.

MOURA, P. H.; LUZ, R. A.; GA, M. J. P.; KLOKNER, S.; TORRICO, G.; KNAPIK, J.; SALES, S.S.; ONOFRE, A.D.; LABIAK, F.P.; YORDI, M.F.; FRASSON, R.; CRUZ, R. M. Perfil Epidemiológico Da Covid-19 Em Santa Catarina. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 163-180, Universidade Alto Vale Do Rio Do Peixe – UNIARP. 11 dez. 2020. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.33362/ries.v9i1.2316>>. Acesso em: 03 out. 2023.

NOGUEIRA, A. L.; NOGUEIRA, C. L.; ZIBETTI, A. W.; ROQUEIRO, N.; BRUNA-ROMERO, O.; CARCIOFI, B. A. **Estimativa da Subnotificação de Casos da Covid-19 no Estado de Santa Catarina**. 2020. Disponível em: <<https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2020/05/aqui.pdf>>. Acesso em: 03 jan 2023.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**: décima revisão – CID 10. São Paulo: EDUSP. 1996.

OMS. **Saúde Mental**: nova concepção, nova esperança. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde. 2002.

OSTER, N. S. O.; DOYLE, C. J. Critical incident stress and challenges for the emergency workplace. **Psychiatric Emergencies**, 18(2), 339-352. 2000.

PARABOCZ, A. P. Proposta de padronização de procedimentos de proteção de riscos biológicos em viaturas na Polícia Militar do Paraná. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 10674–10686, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n3-178. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/60097>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PCSC. Polícia Civil do Estado De Santa Catarina. **Institucional: instituições, missão, história, visão e organograma**. Disponível em: <[http://www.pc.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=48&Itemid=135](http://www.pc.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=135)> Acesso em: 27 jan 2021.



POPA, G. S.; PODEA, D. M. Influences of subjective perception on critical incidents upon mental and physical health. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, 89, 572-579. 2013.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina**: promulgada em 5 de outubro de 1989. 1989. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/docs/constituicaoEstadual/CESC%202012%20-%2063%20e%2064%20emds.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2023.

SANTA CATARINA. **Coronavírus: Boletim Epidemiológico 27 de janeiro 2021**. 2021a. Disponível em: <<http://www.coronavirus.sc.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/boletim-epidemiologico-27-01-2021.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2023.

SANTA CATARINA. **Decreto n. 2709, de 27 de outubro de 2009**. Institui o Manual de Saúde Ocupacional do Servidor Público, no âmbito da administração pública estadual direta e indireta. 2009. Disponível em <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2009/002709-005-0-2009-001.htm>. Acesso em: 12 out. 2023.

SANTA CATARINA. **Decreto n. 507, de 16 de março de 2020**. Dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (Covid-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Direta e Indireta e estabelece outras providências. 2020. Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2020/000507-005-0-2020-010.htm> . Acesso em: 28 out. 2023.

SANTA CATARINA. **Decreto n. 525 de 23 de março de 2020**. Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências. Disponível em: <[http://www.sc.gov.br/images/DECRETO\\_525.pdf](http://www.sc.gov.br/images/DECRETO_525.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei 6.843, de 28 de julho de 1986**. Dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina. 1986. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1986/6843\\_1986\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1986/6843_1986_Lei.html). Acesso em: 20 out. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009**. Institui o plano de carreira do grupo Segurança Pública - Polícia Civil, e adota outras providências. 2009. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2009/453\\_2009\\_Lei\\_complementar.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2009/453_2009_Lei_complementar.html) . Acesso em: 12 out. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei complementar nº 611, de 20 de dezembro de**



**2013.** Fixa o subsídio mensal dos integrantes do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil, Subgrupo Agente da Autoridade Policial, conforme determina o § 9º do art. 144 da Constituição da República e o art. 105-A da Constituição do Estado e estabelece outras providências. 2013. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2013/611\\_2013\\_Lei\\_complementar.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2013/611_2013_Lei_complementar.html). Acesso em: 12 out. 2023.

SANTA CATARINA. Portaria n. 016/DIAF/DGPC/PCSC de 18 de fevereiro de 2021. Regulamenta as atividades desempenhadas pela Coordenadoria de Saúde Ocupacional (CSO) e estabelece outras providências. **Diário Oficial Eletrônico de Santa Catarina**. 2021b. Disponível em: <<http://www.doe.sea.sc.gov.br>>. Acesso em: 03 mar 2021.

SCHIMIDT, B.; CREPALDI, M. A.; BOLZE, S. D. A.; NEIVA-SILVA, L.; DEMENECH, L. M. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). **Estudos de Psicologia (Campinas)**, 37, e200063. 2020. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>>. Acesso em: 01 out. 2023.

SOARES, D. P.; SOARES, J. C. D. S. M.; TREVISAN, R. L.; CRUZ, R. M.; ROCHA, R. E. R.; ANDREONI, S. Perfil Epidemiológico de Transtornos Mentais e Sistemas de Remuneração em Policiais Cíveis de Santa Catarina, Brasil. **Ries: Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde da UNIARP**, Santa Catarina, v. 9, n. 2, p. 56-72, jul. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.33362/ries.v8i2.2118>>. Acesso em: 16 out. 2023.

URBANO, T.R.; CANTADOR, F. P.; SILVA, J.B. Suicídios na polícia militar do Paraná: análise comparativa anterior e durante a pandemia da Covid-19. **Homens do Mato – Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**. Vol 22 nº 02 – Jul/Dez 2022. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/572> Acesso em 31 out. 2023.

WANG, C.; PAN, R.; WAN, X.; TAN, Y.; XU, L.; MCINTYRE, R.S.; CHOO, F.N.; TRAN, B.; HO, R.; SHARMA, V.K.; HO, C. A longitudinal study on the mental health of general population during the Covid-19 epidemic in China. **Brain, Behavior, and Immunity**. 2020. Disponível em <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7153528/pdf/main.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2023.

WHO. World Health Organization. **Director-General's opening remarks at the media briefing on Covid-19 – 11 March 2020**. 2020a. Disponível em <<https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19—11-march-2020>>.



Acesso em: 28 jan 2021.

WHO. **Coronavirus disease 2019 (Covid-19) Situation Report - 51.** 2020b. Disponível em <[https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200311-sitrep-51-covid-19.pdf?sfvrsn=1ba62e57\\_4](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200311-sitrep-51-covid-19.pdf?sfvrsn=1ba62e57_4)>. Acesso em: 28 out. 2023.